

RELATÓRIO & CONTAS



lithoformas

NIPC 500166773

Sede Social: Av. Barbosa Du Bocage, n.º 113. 4.º

1050 - 031 Lisboa

Capital Social € 2.000.000,00

CRC Loures

www.lithoformas.pt

2017

ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	7
Demonstração de Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	9
Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2017	10
Anexo do período findo em 31 de Dezembro de 2017	11
1. Nota introdutória	11
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	11
3. Principais políticas contabilísticas	11
4. Fluxos de caixa	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Propriedades de Investimento	18
7. Locações	19
8. Estado e outros entes públicos	19
9. Ativos financeiros detidos para negociação	20
10. Diferimentos	20
11. Outros investimentos financeiros	21
12. Capital Próprio	21
13. Provisões e outros Passivos contingentes	22
14. Imposto sobre o rendimento	22
15. Ativos Financeiros	24
16. Passivos Financeiros	24
17. Financiamentos obtidos	25
18. Rédito	26
19. Fornecimentos e Serviços Externos	26
20. Consumo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27
21. Gastos com pessoal	27
22. Outros rendimentos	27
23. Outros gastos	28
24. Resultado por ação	28
25. Gestão do Risco	28
26. Proposta de aplicação de Resultados	29
27. Acontecimentos subsequentes	29
28. Outras divulgações	29
29. Partes relacionadas	29

J.S.
[Handwritten signatures]

Relatório de Gestão

Enquadramento e evolução da actividade

Através do presente relatório de gestão, vem a Administração da Litho Formas, S.A. dar conhecimento aos Acionistas, da situação financeira e dos resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

O ano de 2017 foi para a Litho Formas, um ano de estabilidade, tanto no contexto estrutural, como organizacional. O ano ficou marcado pelo cumprimento do contrato de cedência temporária do gozo e utilização do estabelecimento industrial com a Copidata, S.A., bem como a redução dos gastos e obrigações para com terceiros.

No decorrer do ano, a Litho Formas cumpriu com as suas obrigações para com os clientes e fornecedores, enquanto o processo de cedência das posições contratuais à Copidata ficou concluído. No entanto, importa referir que, todos os custos decorrentes das posições contratuais passivas foram imputados à Copidata, bem como, todos os proveitos decorrentes das posições contratuais ativas foram compensados com compras à Copidata, de montante idêntico.

Contudo, existe ainda um diferendo na interpretação do contrato de compra e venda, relativamente ao reconhecimento da dívida dos bens activos fixos tangíveis que se encontram em sistema de *leasing* financeiro, o que resultou numa ação judicial intentada pela Copidata, a qual foi contestada pela Litho Formas e devidamente identificada como um passivo contingente no anexo às demonstrações financeiras e que irá decorrer nas instâncias judiciais no decorrer do ano de 2018.

Além desta ação judicial, a Litho Formas foi alvo de outra ação, intentada pelo Sr. Eng. Miguel Abranches Pinto, antigo administrador da sociedade, que veio reclamar prémios de produtividade relativos aos anos de 2013, 2014 e 2015. Esta ação também foi contestada pela Litho Formas e foi criada uma provisão nas demonstrações financeiras, no montante respeitante aos prémios dos anos 2013 e 2014. À data de 31 de Dezembro de 2017, já todas as testemunhas tinham sido ouvidas em tribunal, mas a sentença apenas será proferida em 2018.

Ainda no decorrer do ano de 2017, a Litho Formas chegou a um acordo com a empresa Área de Viragem, Unipessoal, Lda, no seguimento do processo judicial 1036/14.OT2SNT do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, referente a equipamentos de compactação que, ainda no exercício da anterior administração, foram retidos pela Litho Formas devido a alegadas irregularidades que originaram a referida ação judicial e que, mediante a sentença proferida pelo Tribunal a 23/11/2017, a atual administração chegou ao acordo do pagamento de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos Euros) acrescidos dos custos de transporte dos equipamentos no valor de 300,00€ (trezentos Euros), a título de compensação pela privação do uso dos mesmos.

Em 2017, foi possível apresentar um EBITDA no montante de € 33.605,34€ (trinta e três mil seiscientos e cinco Euros e trinta e quatro cêntimos).

A sociedade detém um total de 12.101 ações próprias com o valor nominal de €4,00, e vem informar a inexistência de sucursais da Litho Formas e da inexistência de quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, nem à Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Para 2018, prevê-se uma continuação do sucedido em 2017, derivada da intenção de cumprir o contrato de cedência temporária do gozo e utilização do estabelecimento industrial, bem como da redução dos gastos da sociedade.

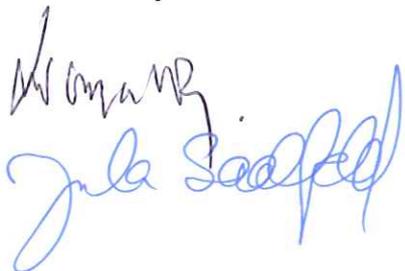
A Administração da empresa agradece a colaboração prestada pelo Conselho Fiscal, pela Mesa da Assembleia, pelos Colaboradores e todos os parceiros de negócio.

Proposta de aplicação de resultados

A Administração propõe que ao resultado líquido negativo do exercício, no montante de € 74.668,08 (setenta e quatro mil seiscientos e sessenta e oito Euros e oito cêntimos), seja levado à conta de resultados transitados.

Lisboa, 06 de Março de 2018

A Administração



Anexo ao Relatório de Gestão

Composição dos Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Benjamim Mendes

Secretário: Marco Custódio

Conselho de Administração

Vogal: Luís Filipe Gonçalves Pereira

Vogal: Julia Suzanne Katherina Saalfeld

Conselho Fiscal

Presidente: PKF & Associados, SROC, Lda (Nº 152), efetivo (registada no Registo de Auditores da CMVM sob nº 20161462)

Representada por José de Sousa Santos (ROC nº 804) e

Suplente Paulo Jorge Macedo Gamboa (ROC nº 1.068)

Vogal:

MARIA JOÃO DA CUNHA

J.S.
M.

Participações no Capital Social:

Participações dos membros do Conselho de Administração no Capital da empresa (nos termos do nº 5 do artº 447 C.S.C.):

Membros do Conselho de Administração titulares de ações a 31.12.2016

Julia Suzanne Katherina Saalfeld	146.500
Luís Filipe Gonçalves Pereira	56.110 (*)
(*) - As ações encontram-se averbadas em nome de Forum Villae, Lda	

Participações Qualificadas (artº 20 do C.V.M)

Julia Suzanne Katherina Saalfeld	146.500
Gisela Saalfeld Bruckert	101.000
Fórum Villae, Lda	56.110
Trustworthy	50.182
Raquel de Castro Roque Lourenço Pinheiro	50.000

J.S.
M.

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em Euros

Activo	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5 / 7	13 609,42	21 774,44
Propriedades de investimento	6	2 044 360,12	2 157 363,80
Outros investimentos financeiros	11	-	2 500,00
Outros activos financeiros		324,89	213,89
		<u>2 058 294,43</u>	<u>2 181 852,13</u>
Activo corrente			
Clientes	15	111 655,01	152 955,32
Estado e outros entes públicos	8	7 109,22	82 760,71
Outros créditos a receber	15	42 701,97	124 445,12
Diferimentos	10	2 176,87	6 120,19
Activos financeiros detidos para negociação	9	11 306,87	12 445,25
Caixa e depósitos bancários	4	664 001,73	616 843,30
		<u>838 951,67</u>	<u>995 569,89</u>
Total do activo		<u><u>2 897 246,10</u></u>	<u><u>3 177 422,02</u></u>
Capital Próprio e Passivo	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Capital próprio			
Capital subscrito		2 000 000,00	2 000 000,00
Acções (quotas) próprias		(36 472,50)	(36 472,50)
Reservas legais		381 702,74	381 702,74
Outras reservas		909 595,69	909 595,69
Resultados transitados		(737 242,59)	(628 513,02)
Resultado líquido do exercício		(74 668,08)	(108 729,57)
Total do capital próprio	12	<u>2 442 915,26</u>	<u>2 517 583,34</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	13 653,00	13 653,00
Passivos por impostos diferidos	14	298 236,19	316 087,70
Financiamentos obtidos	17	20 524,55	50 579,47
		<u>332 413,74</u>	<u>380 320,17</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	16	19 557,96	160 926,39
Estado e outros entes públicos	8	8 676,66	1 806,70
Financiamentos obtidos	17	28 212,57	66 917,75
Outras dívidas a pagar	16	45 333,59	29 937,67
Diferimentos	10	20 136,32	19 930,00
Total do passivo		<u>454 330,84</u>	<u>659 838,68</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>2 897 246,10</u></u>	<u><u>3 177 422,02</u></u>

Lisboa, 6 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

João Fernando Rodrigues

A Administração

Julia Sequeira

J.S.
h.

Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em Euros

<u>Rendimentos e Gastos</u>	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas e serviços prestados	18	247 297,46	759 130,48
Custo das mercadorias vendidas	20	(7 732,46)	(563 264,23)
Fornecimentos e serviços externos	19	(128 237,30)	(207 164,61)
Gastos com pessoal	21	(17 819,77)	(22 958,63)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	(28 795,11)	1 167,52
Provisões (aumentos / reduções)		-	(13 653,00)
Aumentos/reduções de justo valor	9	(1 138,38)	7 584,01
Outros rendimentos	22	48 444,42	75 169,30
Outros gastos	23	(78 413,52)	(21 795,37)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33 605,34	14 215,47
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(120 841,03)	(126 376,86)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(87 235,69)	(112 161,39)
Juros e rendimentos similares obtidos			9,55
Juros e gastos similares suportados		(338,38)	(9 917,44)
Resultado antes de impostos		(87 574,07)	(122 069,28)
Imposto sobre o rendimento do período	14	12 905,99	13 339,71
Resultado líquido do período		(74 668,08)	(108 729,57)
Resultado por acção básico		(0,15)	(0,22)

Lisboa, 6 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

João Fernando Medeiros

A Administração

João Sáez

J.S.

h.

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

		Em Euros	
	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento clientes		280 797,51	3 731 242,61
Pagamentos a fornecedores		(147 844,52)	(486 053,10)
Pagamentos ao Pessoal		(17 819,77)	(20 310,63)
Caixa gerado pelas operações		<u>115 133,22</u>	<u>3 224 878,88</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		68 160,28	(50 599,98)
Outros recebimentos/pagamentos		(48 256,17)	(412 004,94)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>135 037,33</u>	<u>2 762 273,96</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Investimentos financeiros		2 500,00	-
Outros activos		234,95	-
Dividendos		29,59	-
		<u>2 764,54</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>2 764,54</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	315 536,46
		<u>0,00</u>	<u>315 536,46</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(89 686,42)	(1 921 915,59)
Juros e gastos similares		(957,02)	(15 985,00)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	(482 079,00)
Outras operações de financiamento - rendas		-	(109 390,38)
		<u>(90 643,44)</u>	<u>(2 529 369,97)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(90 643,44)</u>	<u>(2 213 833,51)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		47 158,43	548 440,45
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	616 843,30	68 402,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	664 001,73	616 843,30

Lisboa, 6 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

João Ricardo Mendes

A Administração

Julia Sequeira

Demonstração das alterações no Capital Próprio do período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Em Euros

No período de 2016

	Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2016		2.500.000,00	(43.572,50)	321.287,43	909.595,69	(1.733.832,29)	1.165.764,58	3.114.212,91
Alterações no período								
Conexão de emba-reexpressão						(43.141,59)		43.141,59
Aplicação do resultado de 2015	5			60.445,31		1.148.460,66	(1.165.784,58)	(43.141,59)
		<u>2.500.000,00</u>	<u>(43.572,50)</u>	<u>381.702,74</u>	<u>909.595,69</u>	<u>(628.513,02)</u>	<u>0,00</u>	<u>3.114.212,91</u>
Resultado líquido do período							(108.729,57)	(108.729,57)
Resultado integral							<u>(108.729,57)</u>	<u>(108.729,57)</u>
Operações com detentores de capital no período								
Redução de Capital		(500.000,00)	12.100,00					(487.900,00)
		<u>(500.000,00)</u>	<u>12.100,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>(487.900,00)</u>
Posição em 31 de Dezembro de 2016	13	<u>2.000.000,00</u>	<u>(38.472,50)</u>	<u>381.702,74</u>	<u>909.595,69</u>	<u>(628.513,02)</u>	<u>(108.729,57)</u>	<u>2.517.593,34</u>

No período de 2017

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2017		2.000.000,00	(38.472,50)	381.702,74	909.595,69	(628.513,02)	(108.729,57)	2.517.593,34
Alterações no período							0,00	0,00
Redução de Capital							0,00	0,00
Aplicação do resultado de 2016	5					(108.729,57)	108.729,57	0,00
		<u>2.000.000,00</u>	<u>(38.472,50)</u>	<u>381.702,74</u>	<u>909.595,69</u>	<u>(737.242,59)</u>	<u>0,00</u>	<u>2.517.593,34</u>
Resultado líquido do período							(74.668,08)	(74.668,08)
Resultado integral							<u>(74.668,08)</u>	<u>(74.668,08)</u>
Posição em 31 de Dezembro de 2017	13	<u>2.000.000,00</u>	<u>(38.472,50)</u>	<u>381.702,74</u>	<u>909.595,69</u>	<u>(737.242,59)</u>	<u>(74.668,08)</u>	<u>2.442.915,26</u>

Lista: 6 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

João Paulo Medeiros

A Administração

João Paulo Medeiros
João Sáezfeld

Página 10 de 29

J.S.
h.

Anexo do período findo em 31 de Dezembro de 2017

1. Nota introdutória

A Litho Formas foi fundada em 1966 por um grupo de investidores com visão, que apostaram na produção de um novo e revolucionário produto: formulário em papel contínuo para computador.

Inovação e Qualidade são duas características sempre associadas à Litho Formas e que a têm tornado referência da indústria gráfica em Portugal.

Ao longo da sua história, diversas tecnologias têm sido incorporadas no processo produtivo, permitindo oferecer uma gama de produtos alargada e com especificidades próprias.

Certificada desde 2006 segundo a norma ISO 9001, a Litho Formas era uma empresa de referência no universo das empresas gráficas nacionais.

Em 30 de Dezembro de 2015, a Litho Formas contratualizou com a Copidata, S.A. a venda do seu negócio. Por negócio entenda-se a venda/cedência definitiva de:

- Um conjunto de ativos fixos tangíveis, designadamente a generalidade das suas máquinas e equipamentos;
- Os inventários que eram detidos pela Empresa à data do contrato;
- Posições contratuais passivas e os passivos expressamente identificados contratualmente;
- Posição empregadora nos contratos de trabalho elencados contratualmente;

A somar a isto, o contrato teve, ainda, por objeto a cedência temporária do gozo e utilização, em favor da Copidata, dos Imóveis da Litho Formas, nos quais estava instalado o seu estabelecimento industrial, através da celebração entre as partes de um contrato de prestação de serviços.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para emissão em 06/03/2018. De acordo com a legislação comercial em vigor, as contas emitidas estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro e 2010, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº98/2015 de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística.

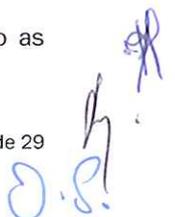
Os valores das notas e dos quadros neles insertos estão expressos em euros, salvo indicação em contrário.

Na preparação das demonstrações financeiras de 2017 não foram derogadas quaisquer normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação dos comparativos de 31 de Dezembro de 2016.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:



3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de relato. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data do balanço, para os saldos em aberto, e nas datas das transações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, as quais correspondem à aquisição do complexo industrial localizado em S. João da Talha, encontram-se mensuradas pelo respetivo custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, nos termos previstos na NCRF 11.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

A vida útil estimada e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos ativos propriedade de investimento, amortizados de acordo com o método da linha recta.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	[5 a 50 anos]

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos do período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

3.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo respetivo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, nos termos previstos na NCRF 7.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Não foram apuradas depreciações por componentes.

Os bens de reduzido valor têm uma vida útil estimada de um ano.

As vidas úteis estimadas e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas dos ativos fixos tangíveis depreciados de acordo com o método da linha recta.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Equipamento de transporte	[4 a 5 anos]

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos do período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica de ativos fixos tangíveis.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

J.S.
PL
ly

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado, uma vez que apresentam as seguintes características:

- São à vista ou têm uma maturidade definida; e
- Têm associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não são instrumentos financeiros derivados ou não incorporam instrumentos financeiros derivados.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores em caixa, aos depósitos bancários à ordem e aos depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.8 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

J.S.
[Handwritten signature]

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

3.9 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação é liquidada, cancelada ou expire.

3.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o IVA.

Os réditos existentes são provenientes de vendas e de serviços prestados e são reconhecidos segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado na demonstração dos resultados corresponde à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.12 Inventários

As mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica "Imparidades de inventários".

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.14 Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados e incorridos são registadas como ativos ou passivos.

3.15 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam até essa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam acontecimentos materialmente relevantes após a data do balanço, que proporcionam informação sobre condições ocorridas após aquela data, são divulgados neste anexo.

3.16 Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e julgamentos com impacte nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.17 Provisões e passivos contingentes

Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Em 31 de Dezembro de 2017, A Litho Formas tinha já sido citada de uma ação declarativa de condenação (Procº 32179/16.4T8LSB – 4ª Seção – Juízo Central Cível de Lisboa), intentada pelo seu antigo administrador executivo, Engº Miguel Abranches Pinto, em que o mesmo pede a condenação da Litho Formas a pagar-lhe a quantia de € 65.453,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e três Euros), a título de prémios de administração pelos exercícios de 2013 a 2015. Tendo em conta o entendimento do mandatário constituído para contestar esta pretensão, a Litho Formas decidiu contabilizar uma provisão parcial no montante de € 13.653,00 .

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, seja possível e não remota.

Em 31 de Dezembro de 2017, já tinha também sido intentada pela Copidata contra a Litho Formas uma outra ação judicial de condenação (Procº 32040/16.2T8LSB Instância Central Cível de Lisboa, 1ª Secção Cível - J7), através da qual a Copidata pede que seja considerado não escrito parte do contrato de transferência de ativos celebrado em 2015, designadamente, a parte em que a mesma assume a responsabilidade pelo pagamento das dívidas referentes aos contratos de locação financeira em vigor na data de celebração desse contrato. No que a este processo diz respeito, a Empresa faz menção, na nota 13, ao montante do respectivo passivo contingente.

3.18. Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser desencadeada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Os saldos de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Caixa	188,11	188,11
Depósitos à ordem	663.813,62	616.655,19
	<u>664.001,73</u>	<u>616.843,30</u>

5. Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo.

	Equipamento de transporte	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2016	50.880,00	50.880,00
Depreciações acumuladas a 01/01/2016	(7.654,95)	(7.654,95)
Quantia escriturada a 01/01/2016	43.225,05	43.225,05
Alienações	(18.220,00)	(18.220,00)
	(18.220,00)	(18.220,00)
Gastos com depreciações	(8.164,98)	(8.164,98)
Alienações	4.934,38	4.934,38
	(3.230,60)	(3.230,60)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2016	32.660,00	32.660,00
Depreciações acumuladas a 31/12/2016	(10.885,55)	(10.885,55)
Quantia escriturada a 31/12/2016	21.774,45	21.774,45

	Equipamento de transporte	Total
Quantia escriturada bruta a 01/01/2017	32.660,00	32.660,00
Depreciações acumuladas a 01/01/2017	(10.885,55)	(10.885,55)
Quantia escriturada a 01/01/2017	21.774,45	21.774,45
Gastos com depreciações	(8.165,00)	(8.165,00)
	(8.165,00)	(8.165,00)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2017	32.660,00	32.660,00
Depreciações acumuladas a 31/12/2017	(19.050,55)	(19.050,55)
Quantia escriturada a 31/12/2017	13.609,45	13.609,45

6. Propriedades de investimento

Em 2013, a empresa transferiu um edifício registado como ativo fixo tangível para propriedades de investimento por ficar disponível para arrendamento, tendo em 2015 transferido os restantes edifícios e o Terreno.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Propriedades de investimento" respeitava a:

	31-12-2017	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais	625.000,00	625.000,00
Edifícios e outras construções	1.419.360,12	1.532.363,80
	2.044.360,12	2.157.363,80
Propriedades detidas para obtenção de rendas	2.044.360,12	2.157.363,80
Total	2.044.360,12	2.157.363,80

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor das propriedades de investimento ascende € 2.044.360,12, tendo por base o valor do final do ano transato, deduzido das depreciações do período de 2017. Por outro lado, conforme avaliação realizada em Setembro de 2015, e já referenciada no relatório de fecho desse ano, o imóvel foi em causa foi avaliado em € 3.700.000,00, pelo que, tendo em consideração que

este valor é superior ao valor contabilístico, bem como que não houve nenhuma depreciação relevante no estado de conservação do imóvel, não foi registada qualquer perda por imparidade.

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Quantia escriturada a 01/01/2016	625.000,00	3.961.918,45	4.586.918,45
Depreciações acumuladas a 01/01/2016		(2.311.342,77)	(2.311.342,77)
Depreciações do período		(118.211,88)	(118.211,88)
Quantia escriturada a 31/12/2016	625.000,00	1.532.363,80	2.157.363,80
Depreciações do período		(112.676,01)	(112.676,01)
Regularizações			(327,67)
Quantia escriturada a 31/12/2017	625.000,00	1.419.687,79	2.044.360,12
Justo valor estimado	700.000,00	3.000.000,00	3.700.000,00

7. Locações

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa era locatária no contrato de locação financeira relacionado com uma viatura, o qual se encontrava denominado em euros.

A quantia escriturada líquida do ativo detido sob contrato de locação financeira é indicada abaixo:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Activo bruto	Depreciações / perdas por imparidades acumuladas	Activo líquido	Activo bruto	Depreciações / perdas por imparidades acumuladas	Activo líquido
Activos fixos tangíveis	32.660,00	19.050,58	13.609,42	32.660,00	10.885,56	21.774,44
	32.660,00	19.050,58	13.609,42	32.660,00	10.885,56	21.774,44

Os contratos de locação encontram-se denominados exclusivamente em Euros.

Apresenta-se, de seguida, a reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço:

	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2015
Não mais de um ano	8.170,81	5.679,09	7.129,59
Mais de um ano e não mais de cinco anos	4.104,36	14.603,39	20.282,48
	12.275,17	20.282,48	27.412,07

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, não foram reconhecidos quaisquer gastos relacionados com rendas contingentes relativas a contratos de locação financeira.

8. Estado e outros entes públicos

J.S.
[Assinatura]

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Retenções na fonte	147,74	-	147,74	-
Pagamentos por conta	-	-	66.630,05	-
Pagamento especial por conta	6.961,48	-	6.961,48	-
Estimativa de imposto	-	4.945,52	(3.503,53)	-
IRC pago em excesso relativo ao período de 2015	-	-	12.524,97	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	3.409,14	-	840,70
Retenções na fonte de IRS	-	44,00	-	132,00
Contribuições para sistemas de protecção social	-	278,00	-	834,00
	7.109,22	8.676,66	82.760,71	1.806,70

9. Ativos financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1 O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativos.

Nível 2 Restantes ativos e passivos financeiros (excluindo instrumentos derivados) – modelos de valorização geralmente aceites, baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando, tanto quanto possível, informação de mercado observável, sendo ajustados por referência a transações de mercado recentes.

Nível 3 Instrumentos derivados não cotados em mercado ativos e líquidos – (a) modelos de valorização de opções para opções; (b) modelos baseados em fluxos de caixa descontados com recurso a “yield curves” apropriadas à duração dos instrumentos, no caso de forwards e swaps.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros determinados por recurso a modelos de valorização teve por base a cotação em mercado regulamentado.

O detalhe da forma de determinação dos justos valores dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados é conforme se segue:

	31-12-2017		31-12-2016
	Nível 1	Variação	Nível 1
Acções Mechel	10.504,24	(1.572,59)	12.076,83
Acções BCP	93,57	(274,85)	368,42
Acções ENEL	709,06	709,06	-
	11.306,87	(1.138,38)	12.445,25

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Diferimentos activos		
Seguros	1.465,20	1.093,44
Outros	711,67	5.026,75
	<u>2.176,87</u>	<u>6.120,19</u>
Diferimentos passivos		
Renda de Janeiro do Complexo de S.João da Talha	20.136,32	19.930,00
	<u>20.136,32</u>	<u>19.930,00</u>

11. Outros investimentos financeiros

No decorrer do período findo a 31 de Dezembro de 2017 as ações da Lisgarante, adquiridas no âmbito de um financiamento bancário contraído junto do Millenium BCP, foram alienadas.

12. Capital Próprio

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o capital social emitido pela Empresa apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Capital social	2.000.000,00	2.000.000,00
	<u>2.000.000,00</u>	<u>2.000.000,00</u>
Acções nominativas em carteira	(48.404,99)	(48.404,99)
Prémios (descontos) na emissão de acções	11.932,49	11.932,49
	<u>1.963.527,50</u>	<u>1.963.527,50</u>

Na data de relato o número de acções representativas do capital social da entidade, as respetivas categorias e o seu valor nominal são como apresentados abaixo:

	<u>31-12-2017</u>		<u>31-12-2016</u>	
	Valor nominal	N.º de acções	Valor nominal	N.º de acções
Acções	4,00	500.000	4,00	500.000

Reserva legal

Nos termos da legislação comercial, as sociedades estão obrigadas à constituição de uma reserva legal, utilizando para o efeito um mínimo de 5% do resultado líquido de cada período, até que o valor acumulado desta reserva atinja um mínimo igual a 20% do capital subscrito. Esta reserva não está disponível para a distribuição aos accionistas, podendo apenas ser utilizada para aumentar capital ou para cobrir prejuízos acumulados.

Em 31 de Dezembro de 2017, a reserva legal ascendia a 381.702,74 euros.

Outras reservas

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital próprio incluía ainda, 909.595,69 euros referentes a reservas livres.

Resultados Transitados

A Empresa aplicou o resultado líquido negativo de 2016 (no valor de 108.729,57 euros) em resultados transitados, totalizando estes em 31 de Dezembro de 2017 um saldo devedor de 737.242,59 euros.

13. Provisões e passivos contingentes

As variações na rúbrica de Provisões dizem respeito:

- a) À criação de uma provisão relativa à ação declarativa de condenação (Procº 32179/16.4T8LSB - 4ª Secção - Juízo Central Cível de Lisboa), intentada pelo seu antigo administrador executivo, Engº Miguel Abranches Pinto, em que o mesmo pede a condenação da Litho Formas a pagar-lhe a quantia de € 65.453,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e três Euros), a título de prémios de administração pelos exercícios de 2013 a 2015.

Os consultores jurídicos da Litho Formas acreditam que seja provável que a Empresa venha a ter sucesso na sua defesa, com especial ênfase no que respeita ao prémio reclamado em relação ao período de 2015, no valor de € 51.800, uma vez que se demonstrou inequivocamente a improcedência do pedido.

Perante este cenário, a Empresa, num óptica de prudência, decidiu contabilizar em 2016 uma provisão de € 13.653, montante esse que corresponde à diferencial entre os € 65.453 e os € 51.800.

Existe um passivo contingente respeitante a uma ação judicial de condenação (Procº 32040/16.2T8LSB Instância Central Cível de Lisboa, 1ª Secção Cível - J7), através da qual a Copidata pede que seja considerado não escrito parte do contrato de transferência de ativos celebrado em 2015, designadamente, a parte em que a mesma assume a responsabilidade pelo pagamento das dívidas referentes aos contratos de locação financeira em vigor na data de celebração desse contrato, no montante total de € 172.335,89 (cento e setenta e dois mil trezentos e trinta e cinco Euros e oitenta e nove cêntimos).

14. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 2017 e de 2016.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2017 e em 2016 é detalhado conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Resultado antes de impostos	(87.574,07)	(122.069,28)
Gastos não aceites para efeitos fiscais	125.275,82	85.592,05
Lucro tributável	37.701,75	-
Prejuízos fiscais dedutíveis	(26.391,20)	-
Matéria colectável	11.310,55	-
Taxa de imposto do exercício	17,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de imposto a aplicar:	18,5%	22,5%
Colecta	1.922,79	-
Derrama municipal:	169,66	-
Tributações autónomas	2.853,08	3.503,53
Estimativa de imposto	4.945,52	3.503,53
Reversão passivo por imposto diferido	(17.851,51)	(16.843,24)
Gasto com impostos sobre o rendimento / Taxa efectiva de imposto	(12.905,99)	(13.339,71)

A data limite para a utilização dos prejuízos fiscais é como apresentada abaixo:

Ano	Montante	Expira em
2016	23.137,52	2028
	<u>23.137,52</u>	

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos é como apresentado abaixo:

	31-12-2017	31-12-2016
	Passivos por imposto diferido	Passivos por imposto diferido
Revalorização " terreno e do complexo industrial"	(298.236,19)	(316.087,70)
	<u>(298.236,19)</u>	<u>(316.087,70)</u>

Por considerar que não existem expectativas razoáveis da geração de lucros fiscais futuros, a empresa não reconheceu ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias dedutíveis.

A data limite para a utilização dos prejuízos fiscais é como apresentada abaixo:

Ano	Montante	Expira em
2012	553.034,76	2017
2016	23.137,52	2028
	<u>576.172,28</u>	

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos é como apresentado abaixo:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
	Passivos por imposto diferido	Passivos por imposto diferido
Revalorização " terreno e do complexo industrial"	(316.087,70)	(332.930,94)
	<u>(316.087,70)</u>	<u>(332.930,94)</u>

Por considerar que não existem expectativas razoáveis da geração de lucros fiscais futuros, a empresa não reconheceu ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias dedutíveis.

15. Ativos financeiros

Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u>			<u>31-12-2016</u>		
	Montante Bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante Bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Activos correntes						
Clientes	474.960,43	(363.305,42)	111.655,01	487.464,27	(334.508,95)	152.955,32
	<u>474.960,43</u>	<u>(363.305,42)</u>	<u>111.655,01</u>	<u>487.464,27</u>	<u>(334.508,95)</u>	<u>152.955,32</u>

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, foram constituídas perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 28.795,11 euros.

Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de outros créditos a receber apresentava a seguinte composição:

<u>Outros créditos a receber</u>	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Montante por facturar à Copidata (locação financeira)	36.456,97	97.913,94
Acréscimo de rendimentos relativos a descontos comerciais obtidos	114,51	15.426,21
Saldos devedores de fornecedores	1.274,86	5.134,05
IVA de notas crédito emitidas	3.807,34	2.985,06
Outros	1.048,29	979,06
Outros acréscimos de rendimentos	-	2.006,80
	<u>42.701,97</u>	<u>124.445,12</u>

16. Passivos financeiros

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

<u>Fornecedores</u>	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Fornecedores c/c - nacionais	19.557,96	160.926,39
	<u>19.557,96</u>	<u>160.926,39</u>

Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

<u>Outras dívidas a pagar</u>	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Accionistas	15.249,20	15.249,20
Saldos credores de clientes	715,89	6.169,88
Credores acréscimos gastos	26.219,07	6.293,66
Outros	2.370,79	1.446,29
Pessoal	667,97	667,97
Fornecedores de investimento	110,67	110,67
	<u>45.333,59</u>	<u>29.937,67</u>

17. **Financiamentos obtidos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de “financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u>			<u>31-12-2016</u>		
	<u>Saldo em dívida</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Saldo em dívida</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>
locações financeiras (Activos cedidos à Copidata)	36.461,95	21.403,60	15.058,35	97.214,74	61.238,66	35.976,08
locações financeiras	12.275,17	6.808,97	5.466,20	20.282,48	5.679,09	14.603,39
	<u>48.737,12</u>	<u>28.212,57</u>	<u>20.524,55</u>	<u>117.497,22</u>	<u>66.917,75</u>	<u>50.579,47</u>

Apresenta-se, em seguida, o detalhe do saldo em da rubrica de “financiamentos obtidos” por contrato:

Contrato	Custo		Montante em dívida			
	Aquisição	Maturidade	31-12-2017	Corrente	Não corrente	Incumprimento
Leasing Financeiro Equipamento Omega	125.000	Jan-2018	2.490,20	2.490,20	0,00	-
Leasing Financeiro Equipamento RA	55.000	Nov-2019	18.133,35	9.139,23	8.994,12	-
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	32.660	Jun-2019	12.275,17	6.808,97	5.466,20	-
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	30.081	Jul-2019	11.926,78	7.513,40	4.413,38	-
Leasing Financeiro Veiculo Ligeiros	9.864	Jul-2019	3.911,62	2.260,77	1.650,85	-
			<u>48.737,12</u>	<u>28.212,57</u>	<u>20.524,55</u>	<u>-</u>

Em 2017 e em 2016, os gastos suportados com os financiamentos obtidos é detalhada conforme se segue:

J.S.
[Handwritten signature]

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	-	9.366,03
Juros de mora e compensatórios	-	-
Juros de contratos de locação financeira	338,38	551,41
	<u>338,38</u>	<u>9.917,44</u>

18. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 2017 e em 2016 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Venda de mercadorias	7.732,46	563.264,23
Presta�o de serviços	239.565,00	195.866,25
	<u>247.297,46</u>	<u>759.130,48</u>

O rédito decorrente da presta o de serviços resulta, na sua grande maioria, do arrendamento da propriedade de investimento situada em São João da Talha   Copidata, S.A..

19. Fornecimentos e serviços externos

Em 2017 e em 2016, a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos"   detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Trabalhos especializados	54.864,83	93.194,76
Vigilância e segurança	54.000,00	22.500,00
Seguros	7.262,31	13.161,13
Rendas e alugueres	4.570,83	19.128,29
Honor�rios	3.180,40	2.797,89
Serviços bancários	1.417,23	14.848,62
Contencioso e notariado	1.010,82	479,00
Combust�veis	927,63	4.313,68
Desloca�es e estadas	635,39	2.214,14
Comunica�o	367,86	4.044,32
Electricidade	-	19.698,63
Publicidade e propaganda	-	2.940,00
�gua	-	2.287,81
Transportes de mercadorias	-	1.700,00
Outros	-	1.419,37
Limpeza, higiene e conforto	-	1.080,00
Conserva�o e repara�o	-	951,19
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	222,00
Material de escritório	-	181,12
Comissões	-	2,66
	<u>128.237,30</u>	<u>207.164,61</u>

20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é como apresentado em seguida.

	Mercadorias	Total
Saldo a 01/01/2016	-	-
Aquisições no exercício	563.264,23	563.264,23
Regularizações no exercício	-	-
Saldo a 31/12/2016	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	563.264,23	563.264,23
Saldo a 01/01/2017	-	-
Aquisições no exercício	7.732,46	7.732,46
Regularizações no exercício	-	-
Venda no exercício	(7.732,46)	(7.732,46)
Saldo a 31/12/2017	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.732,46	7.732,46

21. Gastos com o pessoal

Em 2017 e em 2016, a rubrica de "Gastos com o pessoal" é detalhada conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Remunerações do pessoal	13.754,50	17.746,67
Encargos sobre remunerações	2.556,55	4.351,44
Indemnizações	-	318,00
Seguro de acidentes de trabalho	1.499,71	375,84
Formação	-	165,85
Outros custos com o pessoal	9,01	0,83
	<u>17.819,77</u>	<u>22.958,63</u>

22. Outros rendimentos

Em 2017 e em 2016, a rubrica de "Outros rendimentos" é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Correcções relativas a períodos anteriores	38.695,02	4.044,48
Rendimentos suplementares	8.053,47	67.532,85
Outros	1.695,93	2.730,21
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	502,39
Ganhos em inventários	-	359,37
	<u>48.444,42</u>	<u>75.169,30</u>

D.S.
[Handwritten signature]

23. Outros gastos

Em 2017 e em 2016, a composição da rubrica “Outros gastos” é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Correcções relativas a exercícios anteriores	47.508,30	4.038,12
Acréscimo de gasto processo judicial (Área de Viragem)	17.500,00	-
Impostos	8.489,16	10.567,41
Outros	3.649,42	1.228,46
Insuficiência de estimativa de imposto	1.079,14	1.775,28
Multas e outras penalidades	187,50	4.038,33
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	147,77
	<u>78.413,52</u>	<u>21.795,37</u>

O saldo da rubrica correcções relativas a exercícios anteriores respeita, na sua maioria, a notas de crédito emitidas durante o período de 2017, mas respeitantes a faturas de 2016, e a faturas de fornecedores recebidas em 2017, mas respeitantes a serviços prestados em 2016.

24. Resultado por ação

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o resultado básico e o resultado diluído por ação foram:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Resultado líquido do período	(74.668,08)	(108.729,57)
Número médio de acções em circulação	487.899,00	487.899,00
Resultado por acção básico	(0,15)	(0,22)

25. Gestão do risco

A Empresa tem um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira.

As suas atividades estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial.

A gestão deste risco é conduzida de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Lithoformas. Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: (i) o perfil de risco do terceiro, (ii) o prazo médio de recebimento e (iii) a condição financeira do terceiro.

Risco de liquidez

J.S.
AP
B.

A Empresa gere o risco de liquidez por duas vias: garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas aos ativos financiados, e dispondo de facilidades de crédito de apoio à tesouraria em montantes suficientes e disponíveis a todo o momento.

Risco cambial

A variação da taxa de câmbio do euro face a outras moedas pode afetar os resultados da Empresa de diversas formas.

26. Proposta de aplicação dos resultados

A administração propõe que ao resultado líquido negativo do exercício, no montante de € 74.668,08, seja levado à conta de resultados transitados.

27. Acontecimentos subsequentes

A sociedade não tem quaisquer acontecimentos subsequentes a reportar.

28. Outras divulgações

Os honorários totais faturados no período findo em 31 de Dezembro de 2017 pela PKF & Associados, SROC relacionados com a Revisão legal das contas do período de 2017 ascenderam a € 4.500,00.

29. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a Empresa apresentava os seguintes saldos e efectuou as seguintes transações nos períodos findos naquelas datas, com partes relacionadas:

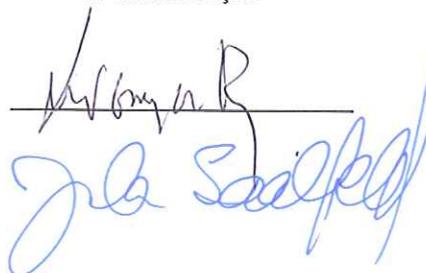
Empresa	31-12-2017			31-12-2016		
	Fornecedores	FSE	Outros gastos	Fornecedores	FSE	Outros gastos
Gardenia Real	-	24.000,00	4.000,00	-	38.900,00	-
	-	24.000,00	4.000,00	-	38.900,00	-

Lisboa, 6 de Março de 2018

O Contabilista Certificado



A Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **LITHO FORMAS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.897,25 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.442,92 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 74,67 milhares de euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção *Bases para a opinião com reservas*, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **LITHO FORMAS, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Decorrente do contrato de compra e venda de ativos celebrado com a Copidata em dezembro de 2015, existe um diferendo sobre o reconhecimento da dívida associada às locações financeiras cujos ativos subjacentes foram incluídos no referido contrato. Em 2016 a Copidata interpôs uma ação judicial reclamando a anulação parcial do contrato e a restituição do montante de 172 milhares de euros, correspondentes ao valor das rendas a vencer após a assinatura do contrato, não se encontrando constituída qualquer provisão por se considerar que esta situação se configura como um passivo contingente, tal como referido na nota 13 do Anexo. No entanto do desfecho do processo poderão advir responsabilidades para a Entidade, as quais não nos são possíveis de quantificar.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

No âmbito do processo de identificação e avaliação de riscos de distorção material ao nível das demonstrações financeiras, identificámos como matérias relevantes de auditoria a existência de passivos contingentes associados ao contrato de venda de ativos à Copidata em 2015 e o pressuposto da continuidade.

Matérias relevantes de auditoria	Procedimentos de resposta aos riscos
<p>Em 2015 a Empresa celebrou um contrato de compra e venda de ativos com a Copidata, na sequência do qual transferiu a sua atividade operacional para esta entidade. No decorrer de 2016, a Copidata interpôs uma ação judicial reclamando a anulação parcial do contrato e a restituição do valor das rendas a vencer após a assinatura do contrato.</p>	<p>Obtenção de resposta dos advogados encarregues do processo judicial, com informação acerca de desenvolvimentos ocorridos no período findo em 31 de dezembro de 2017 e respetivas expectativas relativamente ao desfecho previsível do mesmo.</p>
<p>Atualmente a atividade da Empresa consiste na gestão do espaço industrial cujo gozo e utilização se encontra cedido por um período de 8 anos, com termo a 31 de dezembro de 2023. Muito embora a Administração tenha proposto aos acionistas tomar as devidas diligências para colocar o referido imóvel à venda em Assembleias Gerais anteriores, é sua intenção cumprir o contrato de cedência temporária do gozo e utilização do estabelecimento industrial celebrado.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obtenção de declarações escritas da Administração no âmbito da ISA 570 – Continuidade; - Indagação aos serviços sobre a existência de um plano efetivo para venda do imóvel.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de



que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

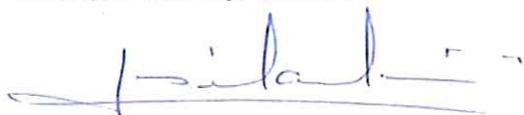
Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 e no n.º 4, ambos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 23 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 12 de março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 12 de março de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

LITHO FORMAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017

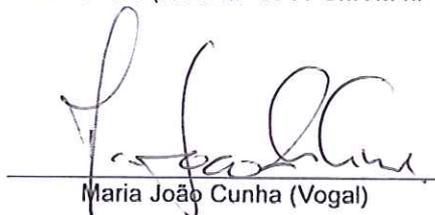
1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e em harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da LITHO FORMAS, S.A. durante o exercício de 2017, tendo procedido às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da Empresa e aludindo às operações de maior significado.
3. As Demonstrações Financeiras foram examinadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, em consequência, emitiu a Certificação Legal das Contas com reservas, documento com o qual concordamos.
4. Face ao exposto, relevando as conclusões da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia-geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2017;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Lisboa, 12 de março de 2018

O Conselho Fiscal:



PKF & Associados, SROC, Lda. (Presidente)
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 152
Auditor registado na C.M.V.M. com o n.º 20161462
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)



Maria João Cunha (Vogal)

À Administração
LITHO FORMAS, S.A.

Lisboa, 12 de março de 2018

Assunto: Memorando de Recomendações

O presente documento é preparado na sequência do nosso trabalho de auditoria às demonstrações financeiras da LITHO FORMAS, S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, o qual decorreu com a extensão que considerámos necessária nas circunstâncias, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA).

Como será do conhecimento de V. Exas. os nossos procedimentos de auditoria são orientados, fundamentalmente, tendo em vista o nosso principal objetivo, que é o de expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras, consideradas como um todo, estão isentas de distorções materiais.

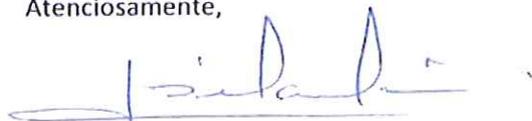
Este relatório foi preparado somente para informação da Administração e não pretende incluir todas as matérias que possam ter chegado ao nosso conhecimento, pelo que não pode ser utilizado para qualquer outra finalidade nem ser distribuído a terceiros sem a nossa prévia autorização por escrito. Efetivamente, os nossos testes de auditoria não são concebidos para detetar todos os sistemas e controlos suscetíveis de melhoria ou erros e irregularidades que possam eventualmente existir. Nos pontos seguintes apenas relatamos a V. Exas. aquelas situações identificadas no decurso do nosso trabalho e que não consideramos triviais.

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que recebemos por parte dos colaboradores da LITHO FORMAS, S.A. com quem contactámos, bem como o interesse na apreciação das nossas observações.

De V. Exas.

Atenciosamente,



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Funções e Responsabilidades

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, a manutenção de registos contabilísticos adequados, a salvaguarda dos ativos da Entidade e o cumprimento de leis e regulamentos através de sistemas e controlos apropriados.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião.

Independência

De acordo com as normas deontológicas, como auditores, devemos confirmar a nossa independência aos Encarregados da Governação.

Os nossos procedimentos internos visam assegurar que todos os sócios e colaboradores estão conscientes dos relacionamentos que possam ser considerados como ameaças à objetividade e independência como auditores.

Os procedimentos exigem que os sócios responsáveis sejam informados de quaisquer questões que possam fazer pensar de forma razoável que a independência da firma e a objetividade do sócio responsável e da equipa de auditoria possa ser posta em causa.

Este documento considera essas questões no contexto da nossa auditoria para o período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Para além da Revisão Legal das Contas não prestámos outros serviços.

Confirmamos que o sócio responsável e os restantes membros da equipa de trabalho cumpriram os requisitos éticos relevantes relativos à independência.

Distorções não corrigidas

As normas profissionais exigem que efetuemos um resumo de todas as distorções não corrigidas conhecidas e prováveis identificadas durante a auditoria, além das que consideramos triviais, e as comuniquemos ao nível apropriado da gestão. Em resultado do trabalho efetuado não foram identificadas distorções que não tenham sido objecto da respetiva correção.

Aspetos Qualitativos Significativos das Práticas Contabilísticas da Entidade

- Políticas contabilísticas

A Administração tem a responsabilidade de selecionar e aplicar políticas contabilísticas apropriadas. Um resumo das principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade está incluído na Nota 3 do Anexo.

Durante o exercício não foi adotada nenhuma política contabilística pela primeira vez nem ocorreu nenhuma alteração em políticas contabilísticas significativas ou na sua aplicação.

- Estimativas Contabilísticas

As estimativas contabilísticas são parte integrante das demonstrações financeiras preparadas pela Administração e baseiam-se nos seus julgamentos atuais. Esses julgamentos são normalmente baseados em conhecimento e experiência sobre eventos passados e atuais e suposições sobre eventos futuros. Determinadas estimativas contabilísticas são particularmente sensíveis devido à sua importância para as demonstrações financeiras e à possibilidade de eventos futuros que as afetem poderem diferir significativamente dos julgamentos atuais da Administração. Um resumo das principais estimativas contabilísticas adotadas pela Entidade está incluído na Nota 3.16 do Anexo.

Declarações escritas solicitadas ao órgão de gestão

- ✓ Indagações exigidas no âmbito da ISA 240 – “As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”.
- ✓ Declaração do Órgão de Gestão.

Ao Conselho Fiscal da
LITHO FORMAS, S.A.

Assunto: Relatório adicional nos termos do artigo 24º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro

Introdução

O presente relatório é preparado para dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 24º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, relativamente ao dever das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas que realizem a Revisão Legal das Contas de entidades de interesse público de apresentar um relatório adicional ao órgão de fiscalização.

Este relatório é preparado para informação do Conselho Fiscal da LITHO FORMAS, S.A., não podendo ser utilizado para qualquer outra finalidade nem ser distribuído a terceiros sem a nossa prévia autorização por escrito.

Independência

Confirmamos que a sociedade, os seus sócios e demais pessoal com responsabilidade na execução da Revisão Legal das Contas da LITHO FORMAS, S.A. são independentes relativamente à mesma. O sócio responsável pelo trabalho de Revisão Legal das Contas foi o Dr. José de Sousa Santos.

Comunicação com a entidade

As nossas normas e práticas profissionais determinam que devem ser estabelecidos canais de comunicação com os Encarregados da Governação e com o órgão de fiscalização das entidades onde tenhamos sido nomeados como Revisores Oficiais de Contas e comunicadas determinadas matérias, de âmbito geral ou específico, que consideremos serem do seu interesse.

Desta forma foram efetuadas as seguintes comunicações no desempenho das nossas funções:

- Informações sobre o planeamento, com especial incidência nas matérias identificadas como constituindo riscos significativos.

Esta comunicação foi efetuada via endereço eletrónico no dia 18 de dezembro de 2017.

Âmbito

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, por forma a obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Para tal o nosso exame incluiu:

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

O nosso trabalho foi efetuado entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março de 2018.

De referir que para o desempenho das nossas funções contámos com a colaboração da Administração e dos serviços da Entidade, que nos disponibilizou os elementos necessários e nos prestou os esclarecimentos solicitados.

Metodologia

A nossa metodologia assenta na identificação dos riscos por forma a que o risco de auditoria seja reduzido a um nível aceitavelmente baixo, o que implica:

- Atualizar o conhecimento de aspetos relevantes de cada uma das Entidades e do seu ambiente, incluindo o sistema de controlo interno;
- Identificar os fatores de risco presentes na auditoria ao nível global das demonstrações financeiras e ao nível de cada asserção individual;
- Determinar a abordagem de auditoria que responda aos fatores de risco identificados; e
- Obter prova de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo para cada asserção de auditoria.

Materialidade

A materialidade pode ser definida como sendo um conceito de significado e importância relativos de um assunto, quer considerado individualmente, quer de forma agregada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. Neste contexto, um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador baseadas nas demonstrações financeiras.

Para a realização da Revisão Legal das Contas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017 foi definida uma materialidade de 60 milhares de euros estabelecida para as demonstrações financeiras como um todo, correspondente a 2% do Ativo.

Continuidade

Segundo o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras são preparadas presumindo que a entidade está em continuidade e manterá as suas atividades no futuro previsível. Normalmente as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar as operações ou não tenha outra alternativa realista senão fazê-lo. Quando o uso do pressuposto da continuidade é apropriado, os ativos e passivos são registados no pressuposto de que a entidade será capaz de realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no âmbito normal da atividade.

Em resultado do trabalho efetuado não foram identificadas situações que possam suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade da entidade prosseguir em continuidade.

Deficiências significativas

Em resultado dos procedimentos realizados, não foram identificadas deficiências significativas no sistema de contabilidade da LITHO FORMAS, S.A..

Leis e Regulamentos

As leis e regulamentos a que uma entidade está sujeita constituem o seu enquadramento legal e regulamentar. As disposições de algumas leis ou regulamentos podem ter um efeito direto nas demonstrações financeiras, dado que determinam as quantias e divulgações expressas nas demonstrações financeiras de uma entidade. O incumprimento de leis e regulamentos pode resultar em multas, litígios ou outras penalidades para a entidade, que podem ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

No decurso do trabalho desenvolvido não foram identificados incumprimentos de leis ou regulamentos que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras ou na prossecução da atividade da LITHO FORMAS, S.A..

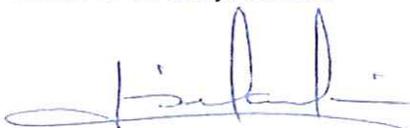
Dificuldades significativas

No decurso do trabalho realizado não foram encontradas dificuldades significativas.

Outras matérias significativas

Decorrente do trabalho de revisão legal das contas efetuado não foram identificados outros assuntos que sejam significativos para a supervisão do processo de relato financeiro.

Lisboa, 12 de março de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)